



Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

**Informações financeiras
intermediárias em
30 de setembro de 2018**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	6
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	7



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Ao
Conselho de Administração e Quotistas do
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e a respectiva demonstração dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias com base nas práticas contábeis estabelecidas no manual contábil Normas e Procedimentos Contábeis (NPC) do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul ("manual"). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade. Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis estabelecidas no manual contábil Normas e Procedimentos Contábeis (NPC) acima mencionado.

Curitiba, 23 de outubro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30.09.2018	31.12.2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	61.752	96.714
Créditos com consorciadas	5	4.103	12.843
Créditos entre consorciadas	6	10.937	17.541
Créditos das consorciadas	7	52.484	52.634
Outros créditos		2.997	2.703
Total do ativo circulante		<u>132.273</u>	<u>182.435</u>
Não circulante			
Créditos das consorciadas	7	508.939	536.554
Imobilizado	8	1.392.991	1.437.570
Intangível	9	20.291	20.930
Total do ativo não circulante		<u>1.922.221</u>	<u>1.995.054</u>
Total do ativo		<u><u>2.054.494</u></u>	<u><u>2.177.489</u></u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	4.103	12.843
Débitos com consorciadas	11	64.749	99.417
Débitos entre consorciadas	12	10.937	17.541
Financiamentos	13	50.054	50.282
Concessões a pagar	14	2.430	2.352
Total do passivo circulante		<u>132.273</u>	<u>182.435</u>
Não circulante			
Financiamentos	13	406.692	441.232
Concessões a pagar	14	29.924	29.157
Provisão para contingências	15	72.323	66.165
Quotas de consorciadas	16	1.413.282	1.458.500
Total do passivo não circulante		<u>1.922.221</u>	<u>1.995.054</u>
Total do passivo		<u><u>2.054.494</u></u>	<u><u>2.177.489</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30.09.2018	30.09.2017
Variações nos ativos e passivos		
Redução ao ativo intangível	639	638
Redução ao ativo imobilizado	44.579	44.580
Redução de créditos com/das consorciadas	36.505	57.916
Redução de créditos entre consorciadas	6.604	6.111
Redução (aumento) de outros créditos	(294)	3.284
(Redução) aumento de débitos com consorciadas	(34.668)	2.667
(Redução) de débitos entre consorciadas	(6.604)	(6.111)
(Redução) de fornecedores do consórcio - dívidas das consorciadas	(8.740)	(22.211)
(Redução) de financiamentos	(34.312)	(32.037)
(Redução) de encargos financeiros	(456)	(93)
(Redução) de quotas de consorciadas	(45.218)	(45.218)
(Redução) aumento de provisões para contingências	6.158	(3.758)
Aumento de concessão a pagar	845	183
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(34.962)	5.951
	<hr/>	<hr/>
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(34.962)	5.951
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	96.714	89.785
	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	61.752	95.736
	<hr/>	<hr/>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (“Consórcio”) é um empreendimento constituído por meio de contrato celebrado em 28 de novembro de 2006 pelas Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel Geração e Transmissão”) (51%) (empresa líder) e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”) (49%). Em 10 de outubro de 2006, por meio do Leilão de Energia Nova Aneel nº 004/06, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Mauá, com potência instalada de 363 MW, com prazo de 35 anos a partir de 3 de julho de 2007, data da assinatura do contrato. O empreendimento é constituído por uma casa de força principal de 352 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 363 MW de potência instalada, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região Centro - Leste do Estado do Paraná.

Conforme o Despacho nº 2923/2016 - Aneel, relativo ao processo nº 48500.001499/2007-62, a Usina Hidrelétrica Mauá (UHE Mauá), cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.PR.029598-1.01, passou a se chamar Usina Hidrelétrica Governador Jayme Canet Júnior (UHE GJC).

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas no manual contábil da Entidade denominado “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” as quais não exigem a divulgação da demonstração das mutações do patrimônio líquido, da demonstração de resultado e da demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que para a natureza da Entidade (“Consórcio”) não existem receitas e despesas próprias a serem apresentadas (Vide Nota 3.f).

3 Sumário das principais práticas contábeis - NPC

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização. Os passivos, circulante e não circulante, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada. Os bens do imobilizado são contabilizados pelo valor total de aquisição, devendo corresponder às respectivas participações das Consorciadas Copel (51%) e Eletrosul (49%), conforme determina a Portaria Aneel nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução Aneel nº 015, de 24 de dezembro de 1997. No passivo não circulante, na rubrica Quotas de consorciadas, consta a contrapartida do mesmo valor, de acordo com os percentuais de participação de cada Consorciada.

Os encargos financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, conforme nota explicativa 8.f..

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados conforme o método definido pelas Consorciadas. O reflexo da depreciação calculada pelas Consorciadas é reconhecido nas quotas das respectivas consorciadas, conforme nota explicativa 8.g..

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado, como mudança de estimativas contábeis.

d. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

e. Concessões a pagar - uso do bem público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é efetuado na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato e correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). O registro inicial origina um passivo (obrigação da Entidade) e um ativo intangível (direito de concessão), o qual está refletido na rubrica Quotas de consorciadas. Posteriormente, o passivo é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados e o intangível amortizado pelo prazo de concessão.

f. Receitas e despesas

A receita de venda de energia elétrica, assim como os custos operacionais da Entidade, são registrados contabilmente diretamente nos livros contábeis das Consorciadas, exceto pela depreciação que é registrada como redutora das Quotas de Consorciadas, conforme nota explicativa 8.g. e dos rendimentos das aplicações financeiras que são registrados como créditos em Débitos com as consorciadas, conforme nota explicativa 4. Em função destas práticas, a Entidade não apura demonstração de resultados.

g. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração de fluxo de caixa da Entidade demonstra exclusivamente as variações das contas patrimoniais do Ativo e Passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2018	31.12.2017
Caixa e bancos conta movimento	10	10
Aplicações financeiras	61.742	96.704
	<u>61.752</u>	<u>96.714</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Substancialmente, as aplicações financeiras foram efetuadas em CDBs, cuja remuneração é atrelada à variação do CDI, realizadas em instituições financeiras consideradas de 1ª linha. Conforme estabelecido no manual contábil "Normas e Procedimentos Contábeis - NPC" os rendimentos das aplicações financeiras são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas na rubrica Débitos com consorciadas.

Lei da Mata Atlântica (artigo 17 da Lei nº 11.428/2006) e Reserva Legal

Por ocasião da supressão vegetal de áreas no bioma Mata Atlântica na região dos municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba (PR) para a formação do reservatório da UHE GJC, em 17 de fevereiro de 2011 foi firmado um Termo de Compromisso Ambiental entre Instituto Ambiental do Paraná - IAP e CECS visando garantir o atendimento do artigo 17 da Lei nº 11.428/2006.

Desse modo, no ano de 2012 o órgão ambiental condicionou a emissão da autorização para enchimento do reservatório da usina mediante a constituição de caução bancária, o qual foi efetivada pelo CECS através da aquisição de Certificados de Depósitos Bancários - CDBs custodiados pelo Banco do Brasil S.A. por intermédio de Contratos de Prestação de Serviços de Administração de Contas e/ou Garantias, para atendimento da referida Lei da Mata Atlântica e eventual necessidade de averbação da Reserva Legal referentes às áreas desapropriadas para a formação do canteiro de obras, reservatório e Área de Preservação Permanente no entorno do reservatório.

Conforme anuência do IAP, Ofício nº 690/2018 IAP/GDP de 13/09/2018, foram iniciados os resgates dos valores em garantia para aquisição de áreas vinculadas a Lei da Mata Atlântica, condicionante da Licença de Operação nº 27.431 da UHE GJC, na região de Serra Grande, margem esquerda do Rio Tibagi a montante da usina, sendo o saldo em setembro de 2018 o montante de R\$ 27.270 (R\$ 64.083 em 31.12.2017). O saldo para a eventual averbação da Reserva Legal é no montante de R\$ 32.827 (R\$ 31.438 em 31.12.2017).

5 Créditos com consorciadas

	30.09.2018	31.12.2017
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.895	6.352
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>2.208</u>	<u>6.491</u>
	<u>4.103</u>	<u>12.843</u>

Referem-se às aquisições por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas. No passivo circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Fornecedores” até que tais débitos sejam liquidados.

6 Créditos entre consorciadas

	30.09.2018	31.12.2017
Copel Geração e Transmissão S.A.	-	1.284
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>10.937</u>	<u>16.257</u>
	<u>10.937</u>	<u>17.541</u>

São créditos mantidos com as Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A., referentes às aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos repasses dos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como são gastos registrados que foram efetuados pelas Consorciadas no empreendimento UHE GJC e que farão parte do encontro de contas. No passivo circulante constam os mesmos valores contabilizados em “Débitos entre Consorciadas” até que tais débitos sejam liquidados.

7 Créditos das consorciadas

	Circulante		Não circulante	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Financiamentos BNDES - Copel	24.109	24.246	195.890	212.499
Financiamentos BNDES - Eletrosul	25.945	26.036	210.802	228.733
Provisão para contingências - Copel	-	-	36.885	33.744
Provisão para contingências - Eletrosul	-	-	35.438	32.421
Concessões a pagar - Copel	1.221	1.182	15.455	15.201
Concessões a pagar - Eletrosul	<u>1.209</u>	<u>1.170</u>	<u>14.469</u>	<u>13.956</u>
	<u>52.484</u>	<u>52.634</u>	<u>508.939</u>	<u>536.554</u>

A rubrica agrupa os valores dos encargos financeiros e principal a serem pagos dos Contratos de Repasses de Recursos do BNDES, as provisões para contingências e os valores da outorga onerosa da concessão, pelo uso do bem público. No passivo circulante e não circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Financiamentos”, “Provisão para Contingências” e “Concessões a Pagar”.

8 Imobilizado

	30.09.2018			31.12.2017
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	151.920	(29.198)	122.722	126.585
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	(160.018)	665.154	686.104
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	(44.661)	185.008	190.870
Máquinas e equipamentos	524.235	(104.810)	419.425	433.280
Moveis e utensílios	1.058	(376)	682	731
	<u>1.732.054</u>	<u>(339.063)</u>	<u>1.392.991</u>	<u>1.437.570</u>

Os valores contabilizados nas rubricas do Imobilizado estão assim representados:

- a. **Terrenos:** Custos de indenização aos proprietários das áreas desapropriadas.
- b. **Reservatórios, barragens e adutoras:** Custos de construção do reservatório, barragem, adutoras e vertedouros.
- c. **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Custo das edificações permanentes destinadas ao abrigo, suporte e proteção de propriedades ou pessoas, inclusive casa de força.
- d. **Máquinas e equipamentos:** Custos de aquisição relativos a máquinas e equipamentos eletromecânicos do sistema de geração e transmissão da usina.
- e. **Reintegração acumulada:** Conta redutora do ativo imobilizado que agrupa os valores das depreciações registradas nas Consorciadas.
- f. **Encargos financeiros BNDES:** Custos dos encargos financeiros dos financiamentos das máquinas e equipamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, os quais compreendem os repasses indiretos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por intermédio do agente financeiro, Banco do Brasil, e os repasses diretos mediante a abertura de crédito com o BNDES. Tais valores contabilizados no imobilizado em andamento a título de Encargos Financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).
- g. **Depreciação:** As Consorciadas (Copel e Eletrosul) consideram que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão do empreendimento UHE GJC, do valor residual dos bens que integram o projeto original. Esta interpretação esta fundamentada na lei nº 8.987/95 e no Decreto nº 2.003/96. Dessa forma a partir da entrada em operação desses ativos a depreciação é realizada com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão. Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados serão indenizados ao final do prazo das concessões, logo estes ativos serão depreciados com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

As depreciações contabilizadas nas Consorciadas são registradas na Entidade na rubrica “Reintegração acumulada”, conta redutora do Ativo Imobilizado, e em contrapartida na rubrica “Quotas de Consorciadas”.

h. Movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30.09.2018
Imobilizado em serviço:					
Terrenos	151.920	-	-	-	151.920
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	-	-	-	825.172
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	-	-	-	229.669
Maquinas e equipamentos	524.235	-	-	-	524.235
Móveis e utensílios	1.058	-	-	-	1.058
(-) Depreciação acumulada	(294.484)	(44.579)	-	-	(339.063)
	<u>1.437.570</u>	<u>(44.579)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.392.991</u>

As adições no imobilizado em serviço referem-se aos valores das depreciações registradas nas Consorciadas.

9 Intangível

	30.09.2018			31.12.2017
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Copel Geração e Transmissão S.A.	12.905	(2.538)	10.367	10.694
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	12.352	(2.428)	9.924	10.236
	<u>25.257</u>	<u>(4.966)</u>	<u>20.291</u>	<u>20.930</u>

Valores da outorga onerosa da concessão, relativos ao uso de bem público, demonstrados ao custo amortizado. Os valores foram ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

10 Fornecedores

	30.09.2018	31.12.2017
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.895	6.352
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	2.208	6.491
	<u>4.103</u>	<u>12.843</u>

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas das aquisições realizadas por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas.

11 Débitos com consorciadas

	30.09.2018	31.12.2017
Copel Geração e Transmissão S.A.	33.177	50.746
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>31.572</u>	<u>48.671</u>
	<u>64.749</u>	<u>99.417</u>

Os valores contabilizados nesta rubrica se referem ao montante relativo ao aporte de caixa efetuado pelas Consorciadas registradas a caixa e equivalentes de caixa, reembolsado mediante apresentação dos comprovantes de pagamentos, e os rendimentos das aplicações financeiras que são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas.

12 Débitos entre consorciadas

	30.09.2018	31.12.2017
Adiantamentos Copel Geração e Transmissão S.A.	10.937	16.257
Adiantamentos Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>-</u>	<u>1.284</u>
	<u>10.937</u>	<u>17.541</u>

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas decorrentes das aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como registram gastos efetuados pelas Consorciadas no empreendimento UHE GJC que farão parte do encontro de contas. No ativo circulante constam os mesmos valores contabilizados em "Créditos entre Consorciadas" até que tais créditos sejam liquidados.

13 Condições de financiamento do empreendimento

O custo total do empreendimento UHE GJC, constante no Contrato de Repasses de Recursos do BNDES celebrado com o Banco do Brasil, compreende o montante de R\$ 1.069.876 e está distribuído da seguinte forma entre as Consorciadas:

	Eletrosul	Copel	Total
FINANCIAMENTO BNDES			
Recursos diretos - BNDES	182.508	169.586	352.094
Recursos indiretos - Banco do Brasil S.A.	<u>182.508</u>	<u>169.618</u>	<u>352.126</u>
Total financiamento recursos BNDES	<u>365.016</u>	<u>339.204</u>	<u>704.220</u>
Recursos próprios	<u>159.216</u>	<u>206.440</u>	<u>365.656</u>
Total	<u>524.232</u>	<u>545.644</u>	<u>1.069.876</u>

O pagamento de principal do contrato de financiamento iniciou em março de 2013, exigível mensalmente. Os encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos pelas Consorciadas de recursos diretos e indiretos com o BNDES são contabilizados no Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, sendo compostos pelos montantes de juros incidentes sobre o saldo devedor, vinculados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos remanescentes a pagar referentes aos encargos financeiros e da amortização do principal compreendem os seguintes montantes:

	30.09.2018			
	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Total
Financiamentos BNDES - Copel	602	23.507	24.109	195.890
Financiamentos BNDES - Eletrosul	654	25.291	25.945	210.802
	<u>1.256</u>	<u>48.798</u>	<u>50.054</u>	<u>406.692</u>
	31.12.2017			
	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Total
Financiamentos BNDES - Copel	846	23.400	24.246	212.499
Financiamentos BNDES - Eletrosul	867	25.169	26.036	228.733
	<u>1.713</u>	<u>48.569</u>	<u>50.282</u>	<u>441.232</u>

14 Concessão a pagar / Intangível de concessão

	Circulante		Não circulante	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Copel Geração e Transmissão S.A	1.221	1.182	15.455	15.201
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	1.209	1.170	14.469	13.956
	<u>2.430</u>	<u>2.352</u>	<u>29.924</u>	<u>29.157</u>

O Consórcio tem contrato de concessão oneroso com a União para o uso do bem público para a geração de energia elétrica na usina UHE GJC. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente. Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Entidade ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

As Consorciadas recolhem à UNIÃO desde a data de entrada em operação comercial da UHE, ocorrida em novembro de 2012, até o 35º ano de concessão inclusive, contados da data de assinatura do contrato de concessão ou enquanto estiver na exploração da UHE, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 1.262.

15 Provisão para contingências

	30.09.2018	31.12.2017
Copel Geração e Transmissão S.A.	36.885	33.744
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>35.438</u>	<u>32.421</u>
	<u>72.323</u>	<u>66.165</u>

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul é parte em ações judiciais envolvendo questões da matéria do direito ambiental, civil e patrimonial, relacionadas principalmente à desapropriação de áreas mediante a interposição de medidas judiciais no montante provável de R\$ 54.420 (R\$ 50.159 em 31.12.2017).

No ano de 2017 foi instaurado procedimento arbitral pelo CECS e Consórcio EPC (Construtor) junto à Câmara de Mediação e Arbitragem da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - CAMFIEP com intuito de dar apropriada solução aos litígios remanescentes do contrato de fornecimento de bens e serviços para implantação da UHE GJC celebrado na modalidade Engineering, Procurement and Construction - EPC (Engenharia, Suprimentos e Construção). O valor da causa protocolada na CAMFIEP em 30 de junho de 2017 é no montante de R\$ 77.107, sendo o valor de perda provável no montante de R\$ 17.903.

Os encargos de provisão são reconhecidos nas rubricas "Créditos das consorciadas" e "Provisões para contingências". Na opinião da Administração, com base na posição dos conselheiros, após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados.

Ações de risco possível

O Consórcio possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível no montante de R\$ 577.841. A principal discussão refere-se à ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, no montante de R\$ 331.701 de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., a qual foi cadastrada em 30 de junho de 2011. A requerente alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e afirma que com a concessão de Lavra obtida tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da usina.

16 Quotas de consorciadas

	30.09.2018	31.12.2017
Copel Geração e Transmissão S.A.	701.103	723.525
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>712.179</u>	<u>734.975</u>
	<u>1.413.282</u>	<u>1.458.500</u>

Agrupam o ativo imobilizado em serviço e intangível na proporcionalidade da participação das Consorciadas no Consórcio Energético Cruzeiros do Sul, não se aplicando a respectiva proporcionalidade aos:


- Valores contabilizados a título de encargos financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC, que estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).
- Valores contabilizados a título de máquinas e equipamentos em função da utilização de critérios diferentes pelas Consorciadas no crédito do PIS/COFINS sobre as aquisições.


17 Cobertura de seguros

Modalidade / Riscos cobertos	Vigência	Franquia máxima - R\$	Montante da cobertura - R\$
Riscos operacionais			
Danos Materiais	23.11.2012 a 23.11.2018	5.000	342.139
Despesas de Salvamento e contenção de sinistros	23.11.2012 a 23.11.2018	1.000	17.107
Alagamento /Inundação	23.11.2012 a 23.11.2018	1.000	17.107
Desentulho/Remoção de escombros	23.11.2012 a 23.11.2018	-	5.000
Pequenas obras de engenharia para reparos, reformas e ampliação	23.11.2012 a 23.11.2018	1.000	17.107
Roubo e/ou furto qualificado de bens	23.11.2012 a 23.11.2018	-	5.000
Tumultos, greves, lock-out, comoção civil e atos dolosos	23.11.2012 a 23.11.2018	1.000	17.107
Honorários de peritos	23.11.2012 a 23.11.2018	-	1.000
Despesas extraordinárias	23.11.2012 a 23.11.2018	-	11.750

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros de bens do ativo imobilizado e decorrentes das obras de construção da UHE GJC.


Luiz Fernando Prates de Oliveira
Superintendente Geral
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul


Rodrigo Cândido Rodrigues
CRC PR-056403/O-5


Luiz Carlos Bubiniak
Superintendente Administrativo-Financeiro
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul-CECS